

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um no cravo, outro na ferradura

A proposta de dois relatores para a Reforma Tributária dá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a possibilidade de escolher um deles que seja mais próximo ao governo — no caso, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O outro será mais ligado à oposição, que ainda precisa ser escolhido.

O medo...

Desde que o presidente barrou projetos de lei aprovados por ampla maioria na Câmara, inclusive o Orçamento, o governo trabalha para evitar a análise dos vetos. Foi a senha para que alguns senadores comessem a espalhar que o governo teme o Plenário.

... e a esperança

O governo conseguiu com que líderes da Câmara aceitassem adiar a sessão do Congresso. É lá, na seara de Arthur Lira, que os articuladores de Lula têm algum alento.

Saiu dindim (e precisa mais)

Esta semana, o governo começou a liberar os R\$ 11 bilhões em emendas que estavam acordados, lá atrás, para pagamento até abril, mas não pagou nem sequer a metade. O governo, agora, tem até 8 de maio para saldar tudo e tentar manter alguns vetos ao Orçamento.

A hora do grande teste

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Nas conversas do governo, a Reforma Tributária surge como um grande legado desta gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e desta legislatura, dando discurso também aos parlamentares. É a pauta que une governo e Congresso. Os detalhes é que serão o grande teste. O Executivo apresenta suas propostas, com o olhar de quem arrecada, com negociação com estados e municípios. Os mais diversos setores da economia, via associações de classe e confederações, fecharam projetos com a visão de quem pagará esses impostos. Se o governo conseguirá impor sua vontade é o que estará em jogo daqui para frente. É o primeiro grande ensaio

entre Palácio do Planalto e Congresso, com as frentes parlamentares mais robustas.

O Legislativo, pela primeira vez, não ficou esperando a chegada das propostas do governo. Ao longo dos últimos três meses, as frentes parlamentares apresentaram 16 projetos. Ouviram mais de 238 pessoas, entre advogados, técnicos e especialistas acadêmicos. Desde os tempos da constituinte, não se tem uma discussão tão aprofundada e com tanta participação.

A turma que viveu aqueles tempos no Congresso, e ainda está por lá, foi, inclusive, chamada a ajudar. Afinal, quando se sabe que algo vai mexer no bolso, todo cuidado é pouco.

CURTIDAS

Minervino Junior/CB/D.A Press



MDB domina/ O deputado Eunício Oliveira (MDB-CE, **foto**) assumiu, esta semana, a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, em substituição a Acácio Favacho (MDB-AC). A CDU trabalhará de forma a acelerar os projetos do Ministério das Cidades, hoje a cargo do emedebista Jáder Filho.

A aposta deles/ Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) avisa que o MDB terá um pacote de políticas públicas para apresentar nas eleições municipais. O partido é o segundo maior em número de prefeitos, depois da janela partidária de março.

Rabo de foguete/ Foram quatro desistências sobre a relatoria do caso Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que está preso, suspeito de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Agora, a lista tem três deputados do PT. Brazão diz que provará sua inocência, porém, politicamente, o caso é complicado. Há uma tendência pela cassação na Casa.

Feriadão/ Como o Dia do Trabalho cai numa quarta-feira, o governo tem pela frente 16 dias para tentar reverter a tendência de derrubada dos vetos ao Orçamento. É que o Congresso só volta a ter sessão deliberativa na semana pós-feriado.

INVESTIGAÇÃO / Ministro Alexandre de Moraes considera que as duas noites que Bolsonaro passou na representação diplomática da Hungria, em Brasília, não configuram violação às medidas cautelares a ele impostas

Tudo normal na embaixada

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), considerou que Jair Bolsonaro não violou medidas cautelares ao passar dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, na semana do carnaval. O caso veio à tona depois que o jornal *The New York Times* divulgou imagens do ex-presidente à representação diplomática, onde esteve entre os dias 12 e 14 de fevereiro.

“Os locais das missões diplomáticas, embora tenham proteção especial, nos termos do art. 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada através do Decreto nº 56.435/1965, não são considerados extensão de território estrangeiro, razão pela

qual não se vislumbra, neste caso, qualquer violação a medida cautelar de ‘proibição de se ausentar do país’”, destaca Moraes em sua decisão.

Para o ministro, como não ocorreu violação de medida cautelar, não existem motivos para rever as limitações já aplicadas a Bolsonaro, como a proibição de manter contato com outros investigados e de se ausentar do país.

“Efetivamente, a situação fática permanece inalterada, não havendo necessidade de alteração nas medidas cautelares já determinadas, nos termos do art. 282 do Código de Processo Penal. Diante do exposto, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nos termos da manifestação da Procuradoria-Geral da República, mantenho as

medidas cautelares anteriormente impostas em relação a Jair Messias Bolsonaro”, salienta Moraes.

Passaporte

A ida de Bolsonaro à embaixada ocorreu depois que ele foi alvo de uma operação da Polícia Federal (PF), que apreendeu seu passaporte. O jornal norte-americano levanta a hipótese de o ex-presidente ter buscado a representação húngara por temer ser preso, em aparente intenção de pedir asilo político e fugir de eventual ordem para que fosse detido. No entanto, para Moraes, não existem elementos que comprovem que Bolsonaro tinha a intenção de fugir ou impedir a aplicação de uma eventual ordem de prisão.

Reprodução de vídeo



Câmeras de segurança mostraram Bolsonaro na companhia do embaixador húngaro (E), Miklos Halmai

Apesar disso, em 28 de março, Moraes indeferiu um pedido dos advogados do ex-presidente para que fosse devolvido a ele o passaporte. O ministro tomou por base manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os defensores de Bolsonaro solicitaram o retorno do documento porque o ex-presidente pretendia

viajar a Israel, em maio, a convite do primeiro-ministro do país, Benjamin Netanyahu.

Ante a repercussão das duas noites passadas na embaixada húngara, em 26 de março, Bolsonaro questionou, à saída da cerimônia em que a ex-primeira-dama Michelle recebeu o título de cidadã paulistana honorária, se cometera

algum crime. “Dormir na embaixada, conversar com embaixador, tem algum crime nisso? Tenha a santa paciência. Deixem de (me) perseguir, pessoal. Querem perguntar da (vereadora assassinada) Marielle Franco? Passei seis anos sendo acusado de ter matado a Marielle Franco”, reagiu, irritado, às perguntas dos repórteres.

SOLIDARIEDADE

Ricardo Stuckert/PPR



Presidente mostra a gravata em homenagem ao cãozinho Joca

Morte de cão vira assunto de governo

» VICTOR CORREIA

A morte do golden retriever Joca, depois de um erro de logística da companhia aérea Gol, tornou-se assunto, também, do governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou publicamente que a empresa se explique sobre o caso e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou que a pasta e a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) investigam o

episódio e estudam regras mais duras para o transporte de animais no porão das aeronaves. Já o Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou a companhia e deu dois dias para que a Gol comprove ações para prevenir mortes de animais e reparar os tutores do cão.

Joca, de quatro anos, morreu no transporte feito pela Gollog. Deveria ter ido do Aeroporto de Guarulhos (SP) para Sinop (MT) com o tutor, João Fantazzini, mas

seguiu para Fortaleza. Ao voltar a Guarulhos, chegou morto. O cão ficou oito horas na aeronave.

Lula comentou o caso na sanção de leis ligadas à cultura. E usou uma gravata com desenhos de cães em homenagem a Joca. “Coloquei em protesto o que aconteceu. A Gol tem que prestar contas. A gente não pode permitir que isso continue acontecendo no Brasil”, completou o presidente.

Joca foi cremado, ontem, em

uma funerária de pets, em Higienópolis, na capital paulista. O caso causou comoção nas redes sociais, com cobranças para que as companhias aéreas melhorassem o transporte dispensado aos animais.

Tais serviços acumulam reclamações — como a falta de acompanhamento para pets de grande porte, obrigados a viajar no compartimento de bagagens, onde não há climatização como a da cabine de passageiros.